

Agora, "fatos novos" só em 15 de janeiro

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Comentou o presidente João Figueiredo, segunda-feira, não existir mais a possibilidade de ocorrerem fatos novos no processo sucessório. O fato novo, para ele, acontecerá em 15 de janeiro, com a proclamação dos resultados da votação no colégio eleitoral. Até dois meses atrás, o chefe do governo ainda imaginava possível uma reviravolta nas previsões referentes à vitória de Tancredo Neves, quem sabe até por conta da renúncia de Paulo Maluf e do surgimento de outro nome capaz de unir o PDS. Hoje não imagina mais. Inexistem condições políticas para tanto.

Ninguém duvida da eleição do candidato da Aliança Democrática, muito menos o presidente João Figueiredo, ainda que não o proclame. Na intimidade, porém, como há dois dias, tem desabafado. Diz não poder ser responsabilizado pela vitória dos adversários. Fez o que podia, primeiro através da implantação da abertura democrática, com a criação de condições para uma sucessão política e civil. Depois, tentando preservar a unidade do PDS. Ganhou na primeira, perdeu na segunda.

Em seus momentos de conversa livre, ainda que sempre tensa, a privilegiados interlocutores, Figueiredo lembra ter aceito em 1983 a coordenação sucessória, por delegação do PDS. Começou a conversar, a ouvir líderes e governadores e a sondar inclinações. A partir de certo momento, defrontou-se com irredutibilidades, mesmo deixando claro que não manifestaria preferências pessoais nem tiraria candidatos do bolso do colete. Se assim agisse, estaria desmentindo os propósitos democratizantes. Desesperançado com o sucesso da empreitada, no final do ano referido renunciou à coordenação.

Mesmo assim, são ainda seus comentários, às vésperas da convenção do PDS ainda tentou uma saída. Reuniu Aureliano Chaves, Paulo Maluf, Mário Andreazza e Marco Maciel. Não lhe cabia pedir diretamente que renunciassem, mas a idéia foi colocada, em função da reconquista da unidade partidária, já esfacelada. Novo insucesso. Realizou-se a Convenção e, como havia prometido antes, fez do vencedor o seu candidato. A divisão aumentou, ao invés de diminuir. Assim, há dois meses, esperou fatos novos. No caso, a renúncia de Paulo Maluf, abrindo hipótese para composições variadas. Obviamente não lhe cabia

promovê-la nem sequer sugerir-lá. Mas aguardou. Imaginou-a, por certo calcado no conhecimento de gestões e iniciativas afinal malogradas.

Por isso conclui que o fato novo, agora, dar-se-á em 15 de janeiro.

Do presidente ou do governo não se deverão esperar gestos inusitados. Ele não influirá no processo. De um lado, estará satisfeito por ver o seu projeto realizado, de uma sucessão política e civil, isto é, normal. Não repetiu o exemplo dos antecessores, impondo outro general-presidente. Respeitou os resultados da Convenção, apoiou Paulo Maluf, como ainda apóia, e, por isso, não torna públicos seus comentários e suas observações. Nem suas previsões. Impessoalmente, como entendeu de seu dever, definiu-se, ainda que não tivesse permitido a utilização da máquina do governo em favor da candidatura pedessista. Observa o comportamento de seus ministros e, em momento algum, dispõe-se a afastá-los e substituí-los por outros, mais engajados na candidatura.

A ninguém será dado negar justiça ao presidente, por sua performance. Apesar dos fracassos seguidos na administração, não obstante terem malogrado suas metas no campo econômico e no setor social, politicamente se comporta com isenção. No atacado, pelo menos. Em nada ficará prejudicada sua imagem se passar a faixa a Tancredo Neves. Perdeu seguidas oportunidades de completar com sucesso muito maior ao menos o projeto político em que se lançou. Bastaria ter aceito as eleições diretas, ou, no reverso da medalha, bastaria ter-se engajado ou, pelo menos, não criado obstáculos à candidatura de Aureliano Chaves, que toda a opinião pública aceitava, até mesmo as oposições. A esse respeito, aliás, um adendo às confidências e desabafos do presidente: sempre que recebe alguém, ele não perde oportunidade para desfiar longa catilinária sobre o vice-presidente, a quem acusa de tentar humilhá-lo quando se afastou do governo, para operar o coração, em Cleveland. Na verdade, não foi bem assim e houve intriga. Aureliano apenas trabalhou, cumpriu expediente, recebeu adversários do governo e oposicionistas, tentando desbastar o fechado ambiente político. Acertando, errou, pois, se tivesse passado aqueles 47 dias pescando ou lutando judô, teria sido indicado candidato de união nacional.

C.C.